

## INCLUIR PARA EDUCAR MELHOR

José Ribamar Neres COSTA<sup>1</sup>

QUIXABA, Maria Nilza Oliveira. *A Inclusão na Escola: Humanizar para Educar Melhor*. São Paulo: Paulinas, 2015. 174 p.

Aos poucos, o processo de inclusão de alunos com algum tipo de necessidade especial vem deixando de ser visto como um problema e começa a ser entendido como uma das peças fundamentais na humanização da Educação. Pesquisas e políticas públicas que se dedicassem a esse assunto eram, até algumas décadas atrás, raras ou quase inexistentes. Até bem pouco tempo, era preferível negar acesso à Educação a quem apresentasse alguma necessidade física, locomotora e/ou cognitiva a pensar em incluir tais pessoas no processo ensino-aprendizagem.

Com o tempo, as concepções e as práticas educacionais mudaram. Os diversos atores da Educação começaram a perceber que a exclusão, que durante muito tempo foi considerada como uma forma de proteção para os alunos considerados “normais”, além de desumana, não havia apresentado resultado satisfatório ao longo da história da Educação. O ato de incluir deixou, de algum tempo para cá, de ser apenas um devaneio de algumas pessoas idealistas e passou a ser alvo, tanto de diversas políticas públicas, quanto de estudos de cunho acadêmico, dando origem a inúmeros artigos científicos, dissertações de mestrado e teses de doutorado.

E é como resultado de um desses estudos que veio à luz o livro *A Inclusão na Educação: Humanizar para Educar Melhor*, de Maria Nilza Oliveira Quixaba, professora da UFMA, com vasta experiência em educação inclusiva, mestra em Educação pela Universidade Federal do Maranhão, doutoranda em Informática na Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte e com diversas especializações nas quais seus trabalhos de conclusão de curso sempre estiveram relacionados com a inclusão no ambiente escolar.

O livro está dividido em quatro capítulos, além de uma introdução e um espaço reservado às considerações finais da autora com relação a sua pesquisa. Logo na introdução, Nilza Quixaba deixa claro que o livro é fruto de sua “experiência como docente da rede pública de ensino estadual do Maranhão” (p. 14) e que parte da obra é um resgate de sua dissertação de mestrado defendida em 2011. A seguir, a autora, didaticamente, apresenta ao leitor a estrutura do livro, enumerando e sintetizando as demais partes do livro, além de deixar claro quais os seus objetivos, que são: tentar abrir caminho para “o exercício da escuta dos principais atores deste cenário: os alunos com deficiência” (p. 15) e “ampliar as discussões já existentes sobre a educação de pessoas com deficiência” (p. 15).

<sup>1</sup> Mestre em Educação pela Universidade Católica de Brasília. Professor da Faculdade Pitágoras, Maranhão.

Acabada a parte introdutória, a autora passa então a trabalhar o cerne de seu estudo nos capítulos seguintes, sempre escritos em primeira pessoa, o que deixa no leitor uma sensação de proximidade, tanto com o objeto de estudo, quanto com o pensamento da pesquisadora e de seu suporte teórico.

Na primeira parte do livro, intitulada “Diferentes concepções de deficiência”, a professora faz um breve e criterioso passeio pela história da humanidade, mostrando que, por exemplo, “em Roma, pessoas com deficiência eram vistas como detentoras de limitações funcionais, assim, poderiam ser descartadas (p. 19), chegando até às discussões contemporâneas sobre as diversas nomenclaturas adotadas para referir-se às pessoas ditas deficientes.

Dividido em cinco tópicos, esse primeiro capítulo, que apresenta evidente caráter histórico, traz também discussões sobre as diversas práticas inclusivas que foram utilizadas ao longo dos tempos, evidenciando que “as políticas de inclusão para essas pessoas com deficiência foram se expandindo com mais força no século XX” (p. 27). Após discutir as motivações políticas relacionadas com os alunos com deficiência, o texto se afunila para tratar dessa questão no plano político e territorial brasileiro, onde pode ser constatado que, mesmo sem uma comprovação estatística e/ou documental, “as instituições educacionais têm apresentado características segregadoras e o poder público tem se mantido omissos quanto à prestação de serviços com qualidade, eficiência e eficácia” (p. 39). O primeiro capítulo é encerrado com uma discussão acerca dos interesses políticos e ideológicos que se escondem por trás desse aparente desinteresse pela inclusão dos indivíduos deficientes no mundo escolar e, conseqüentemente, no mercado de trabalho.

O segundo capítulo, intitulado “Política de educação especial”, embora seja também centrado em fatores históricos, é mais voltado para um mapeamento, análise e discussão dos dispositivos legais referentes à inclusão do cidadão com deficiência no Brasil. A autora faz um levantamento de leis e decretos desde 1854, quando foi criado o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, até a 2002, com a Lei 10.436/02, que regulamenta a Língua Brasileira de Sinais, passando por diversos outros dispositivos legais adotados pelo Brasil ao longo da história.

A seguir, ainda dando continuidade ao segundo capítulo, a autora defende a ideia de que a exclusão no Brasil não acontece por falta “de amparo legal, mas sim na ausência de condições objetivas para que leis, decretos e portarias concernentes à área sejam efetivados (p. 65). O Decreto Presidencial nº 6.571/2008, que trata do atendimento educacional especializado, e outras resoluções referentes a assuntos congêneres são exaustivamente discutidos e comparados pela autora na busca de encontrar uma possível resposta para uma pergunta que ecoa no capítulo: “quem são os alunos da educação denominada especial?” (p. 81). Para concluir a segunda parte do livro, Nilza Quixaba desencadeia uma discussão acerca do acesso e da acessibilidade dos educandos nas redes municipais de ensino, lembrando que quando houver uma preocupação, tanto com o acesso, quanto com a acessibilidade de pessoas no ambiente escolar, haverá também a contribuição “para a implantação de um sistema educacional mais inclusivo” (p. 93).

Dividido em apenas dois tópicos, o terceiro capítulo do livro é dedicado a discutir o papel das tecnologias na promoção da inclusão escolar. A autora parte do princípio de que houve uma grande mudança na relação da sociedade com as tecnologias e que isso afeta diretamente o âmbito educacional. Apesar de reconhecer que “a dificuldade de acesso ainda é uma

realidade” (p. 104), a autora defende a ideia de que tais inovações podem e devem ser utilizadas para promover a inclusão. A segunda parte do capítulo é dedicada à intensificação da inclusão na educação, lembrando que não basta boa vontade para fazer com que os direitos dos cidadãos sejam respeitados. É necessário haver um processo com o envolvimento de fatores gerenciais, políticos e também pedagógicos para a efetivação das políticas implementadas.

No quarto capítulo, a pesquisadora se preocupa com o processo ensino-aprendizagem na educação inclusiva. O primeiro momento aborda “a criticidade dos alunos com deficiência sobre a educação inclusiva”, palavras servem também como título do tópico. Nesse momento, a autora expõe o resultado de sua pesquisa realizada “com 22 participantes de 3 escolas, com faixa etária entre 11 e 24 anos” (p. 115). Em todos os observados foi detectado algum tipo de deficiência, sendo essa a condição para fazer parte da pesquisa. A partir desse ponto, as vozes dos respondentes passam a ecoar e, devidamente mediadas pela pesquisadora, constituem um tecido em que a escola e seus atores, bem como os métodos e processos de interação entre a instituição e os alunos com deficiência passam a ser analisados e questionados. No final do capítulo, há espaço para que atores pesquisados exponham as dificuldades encontradas no processo educacional e também suas expectativas com relação ao sistema de inclusão do qual fazem parte. A autora, por sua parte, lembra que, apesar de existirem políticas públicas de inclusão, o Estado acaba se eximindo “de assumir a educação dos alunos com deficiência” (p. 151).

Finalizando o trabalho, há as chamadas “últimas palavras”, uma espécie de conclusão, na qual a professora sintetiza suas ideias e lembra que a inclusão é uma forma de humanizar o processo educacional e que é preciso “humanizar para educar melhor pessoas com ou sem deficiência” (p. 161).

Mesmo sendo uma obra técnica de caráter científico-acadêmico, o livro *A Inclusão na Educação: Humanizar para Educar Melhor*, de Maria Nilza Oliveira Quixaba, pode ser lido, tanto por quem já estuda profundamente o assunto, quanto por quem deseja se iniciar nesse estudo. A linguagem é simples, sem ostentação, e a autora, embora maneje muito bem o referencial teórico adotado, tem como um dos objetivos não se esconder por trás de complexas teorias, preferindo que o leitor saiba exatamente até onde vão as palavras alheias e onde começam suas ideias. Ela não se exime de expor seus pensamentos e suas críticas com relação ao tema estudado e ao sistema que envolve a educação no Brasil.<sup>2</sup>

---

Recebido em: 18 de dezembro de 2015

Aceito em: 25 de maio de 2016